



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 20 ANOS

POSITION PAPER, SETEMBRO DE 2018

# NÚCLEO COMÉRCIO INTERNACIONAL

AUTORES:

**Embaixador José Alfredo Graça  
Lima**, Conselho Curador

**Pedro da Motta Veiga**, *Senior Fellow*  
do CEBRI e Diretor do CINDES

**Sandra Rios**, *Senior Fellow* do CEBRI  
e Diretora do CINDES

TEMA

---

## Por uma nova abertura da economia brasileira



# PENSAR DIALOGAR DISSEMINAR INFLUENCIAR

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é uma instituição sem fins lucrativos, que atua para influenciar positivamente a construção da agenda internacional do país.

Fundado há quase 20 anos por um grupo de empresários, diplomatas e acadêmicos, o CEBRI tem ampla capacidade de articulação, engajando em seu plano de trabalho os setores público e privado, a academia e a sociedade civil. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes e com uma rede de mantenedores, constituída por instituições de múltiplos segmentos.

**#2 Think tank do Brasil**

**#3 Think tank da América Latina**

*Think Tanks and Civil Society Program da  
Universidade da Pensilvânia*

**[www.cebri.org](http://www.cebri.org)**

---

Todos os direitos reservados.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rua Marquês de São Vicente, 336 - Gávea

Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22451-044

Tel + 55 21 2206-4400 - [cebri@cebri.org.br](mailto:cebri@cebri.org.br) - [www.cebri.org](http://www.cebri.org)

# NÚCLEO COMÉRCIO INTERNACIONAL

---

## MEMBRO DO CONSELHO:

---

### **Embaixador José Alfredo Graça Lima**

Ex-Subsecretário-Geral de Política II e Ex-Inspector-Geral do Serviço Exterior no Ministério das Relações Exteriores, foi Embaixador nas Comunidades Europeias

## SENIOR FELLOWS:

---

### **Sandra Rios**

Diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) e Sócia da Ecostrat Consultores

### **Pedro da Motta Veiga**

Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) e Sócio-Diretor da Ecostrat Consultores

Esse grupo propõe-se a discutir as tendências gerais do comércio internacional e suas implicações para o Brasil.

Se dedica, ainda, a pensar a estratégia de inserção internacional do país, analisando o papel dos acordos preferenciais de comércio para a liberalização ou integração comercial, especialmente no que tange ao futuro do Mercosul. Além de mapear os principais compromissos e desafios para o Brasil no processo de adesão à OCDE, bem como áreas nas quais o envolvimento brasileiro no organismo terá impacto mais efetivo para a política comercial do país e sua inserção internacional.

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) foi criado há exatos vinte anos com o objetivo de fomentar a reflexão sobre as relações internacionais do País.

A fim de aprofundar e expandir essa reflexão, foram instituídos em 2017 núcleos temáticos voltados para o debate de questões estratégicas, sendo sugeridas diretrizes para os formuladores de políticas públicas e formadores de opinião. Trata-se, sobretudo, de contribuir para a construção de uma agenda internacional propositiva para o Brasil.

Tais núcleos temáticos concentraram seu trabalho em setores considerados como de maior potencial para alavancar o desenvolvimento nacional, foco de uma política de governo que coordene as diversas dimensões das ações governamentais, no plano internacional e doméstico, em linha com os objetivos permanentes dos Estados modernos, a saber, crescimento com justiça social e melhor distribuição da renda.

Infraestrutura, energia e agronegócio foram objeto de um olhar interdisciplinar que contempla o impacto resultante das mudanças do clima e do meio ambiente, e do uso da terra. São setores que passaram a ocupar no nosso tempo posição de destaque na agenda internacional e que requerem especial atenção da diplomacia brasileira nas esferas multilateral, regional e bilateral.

As discussões realizadas no âmbito dos núcleos temáticos resultaram em documentos com recomendações concretas e apontamentos para o enfrentamento de desafios de ordem interna, levando em conta as transformações por que passa o mundo às vésperas da terceira década do nosso século. Apesar da variedade e alcance das sugestões dos núcleos temáticos, a política externa representa fator unificador de suas propostas, na medida em que o tema da inserção internacional do Brasil é decisivo para todos os núcleos.

Assim, quatro diretrizes inspiraram as proposições apresentadas, todas destinadas a proporcionar uma inserção internacional do País à economia global a partir da construção de um planejamento de longo prazo.

A primeira diretriz deriva da necessidade de uma nova rodada de liberalização comercial, de crucial importância para o crescimento da produtividade do trabalho, da redução do custo Brasil e do aumento das taxas de investimento. Como legado do período de substituição de importações, a imposição de tarifas altas e o recurso a incentivos fiscais seletivos responde a interesses setoriais em detrimento da integração competitiva do País a cadeias regionais e globais de valor. Há mais de vinte anos o setor industrial no Brasil não experimenta ganhos substanciais de produtividade. A redução da tarifa máxima e eliminação de exigências

de conteúdo nacional, bem como outras barreiras não-tarifárias, são essenciais para a atração de investimento direto externo, gerando ganhos de produtividade e favorecendo a retomada do crescimento no país. Deve-se ressaltar, ainda, a complementariedade entre a produtividade agrícola e a industrial, que reitera a importância de defender nos diferentes foros nossos direitos de acesso aos mercados para produtos agrícolas.

A segunda diretriz aponta a emergência da Ásia, e da China em particular, como fator de relevo para o desenho de uma estratégia “geloconômica” que, levando em consideração o quadro de rivalidade e disputa entre os EUA e a RPC, otimize as nossas relações com ambos parceiros. Neste contexto, a iniciativa *Belt & Road* representaria importante oportunidade para atração de investimentos em infraestrutura no país, contribuindo positivamente para a redução do custo logístico das exportações brasileiras.

A terceira diretriz se refere à premissa de que as vias multilateral e preferencial para a integração comercial não são opções mutuamente exclusivas. Frente à atual paralisia das negociações multilaterais, a proliferação de novos arranjos e mega-acordos comerciais realça o isolamento do Brasil e assinala a importância de avançar na negociação de acordos preferenciais com parceiros estratégicos, abrangendo temas como serviços, propriedade intelectual e investimentos. O necessário exercício de integração comercial através das vias multilateral e preferencial, porém, não inviabiliza a liberalização comercial autônoma, a partir de ampla e gradual reforma tarifária, tal qual apresentado nos *position papers*.

Finalmente, quarta diretriz resgata o papel do Brasil no continente latino-americano, em que ressaltam a parceria estratégica com a Argentina e a capacidade dos sócios do Mercosul para negociar acordos comerciais com parceiros de dentro e de fora da região. Neste sentido, deve-se garantir que o bloco não represente entrave à inserção econômica brasileira, avançando rumo ao aperfeiçoamento da união aduaneira e à consolidação de um modelo de regionalismo aberto no Cone Sul.

Política externa é política de Estado, alinhada com as outras políticas públicas com o objetivo comum de ajudar na retomada do crescimento sustentável da economia para atender às necessidades da sociedade como um todo, à luz dos desafios e macrotendências globais. As recomendações e proposições delineadas nos *position papers* do CEBRI convergem na busca por soluções pragmáticas para as questões mais prementes e relevantes da nossa época.



**José Pio Borges**

Presidente do Conselho Curador do CEBRI



**Julia Dias Leite**

Diretora Executiva do CEBRI

---

# Por uma nova abertura da economia brasileira



○ comércio internacional, assim como a globalização econômica, vem contribuindo, nas últimas décadas, para a consecução do mais importante dentre os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio definidos pelas Nações Unidas: a erradicação da fome e da pobreza extrema. A redução da desigualdade de renda entre as nações e o crescimento da classe média nos países emergentes que se integraram às cadeias globais de valor são produtos dessa evolução.

A literatura econômica internacional tem demonstrado que há evidências robustas de que a abertura econômica contribui para o crescimento da produtividade do trabalho e das taxas de investimentos. Países emergentes cujas economias lograram integrar-se aos fluxos internacionais de comércio a partir dos anos 1980 experimentaram taxas de crescimento mais elevadas e alcançaram níveis de renda mais altos. A inserção internacional não é panaceia, mas não há exemplo de país que tenha se tornado desenvolvido sem integrar-se ao comércio exterior.

Tendo passado por profundas mudanças econômicas, sociais e políticas, o Brasil, ao longo desse período, “se manteve fiel à tradição protecionista” com a adoção de políticas comerciais e industriais que resistiram ao episódio de liberalização comercial da primeira metade da década de 1990 e que têm origem no modelo de substituição de importações e no nacional-desenvolvimentismo.

## A abertura dos anos 1990

Em 1990, no início do governo Collor, foi eliminada boa parte das restrições não-tarifárias incidentes sobre as importações. Além disso, em junho daquele ano, o governo publicou as diretrizes da Nova Política Industrial e de Comércio Exterior, na qual anunciou uma diminuição gradativa das tarifas para o período de 1991-94, tendo sido a última etapa de liberalização antecipada para meados de 1993. A nova estrutura tarifária tinha como meta a tarifa modal de 20% e amplitude de 0 a 40%. Em função das negociações da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL e de pressões de alguns setores industriais, as tarifas máximas acabaram fixadas em 35%, mesmo nível máximo consolidado nas negociações da Rodada Uruguai, concluídas no final de 1994.

Ao cumprir a meta de estabilizar a economia com a drástica redução da inflação, o Plano Real criara também as condições para que o comércio externo brasileiro pudesse crescer e se desenvolver de acordo com as regras multilaterais. A abertura unilateral da economia do início da década de 1990, junto com o MERCOSUL e o fim da Rodada Uruguai, derrubou o mito de que, com a liberalização do comércio exterior, a indústria nacional ver-se-ia gravemente prejudicada e a balança comercial seria afetada de tal forma que desequilíbrios no Balanço de Pagamentos se afigurariam inevitáveis.

Naquele contexto, estavam dadas as condições para que o País, pela via das negociações do MERCOSUL (1), com a União Europeia, (2) com outros países extra-zona, e (3) no âmbito do processo de conformação de uma Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), pudesse, de forma gradual e segura, integrar-se internacionalmente, alcançando ao mesmo tempo o desígnio de tornar o Mercado Comum do Sul verdadeiro exemplo de regionalismo aberto.

À medida que esses processos negociadores avançavam – de forma, de resto, bastante lenta, com todo tipo de incerteza sobre seus resultados finais – a economia brasileira se estabilizava num patamar alto de custos. O ajuste fiscal havia se baseado, em boa medida na elevação de tributos, a taxa de juros permanecia elevada, bem como os encargos trabalhistas. Ou seja, pouco se avançou na redução do chamado custo Brasil.

Beneficiando-se do protegido mercado doméstico e do acesso desimpedido aos mercados consumidores dos países do Mercosul – e com o tempo de outros países latino-americanos –, a indústria manufatureira nacional não precisou competir nos mercados extra-região, sendo que alguns segmentos já eram favorecidos pelo comércio intra-firmas, com os EUA, por exemplo.

## A reversão na primeira década do século XXI

Com a virada do século, foi-se consolidando um pacto não escrito pelo qual as restrições ao comércio externo impostas pelo Estado compensavam, em parte, as empresas pelo elevado custo Brasil, particularmente pela tributação devida pelas empresas.

Mais adiante, graças, *inter alia*, ao chamado superciclo das *commodities*, ao aumento da demanda chinesa e aos incentivos ao consumo doméstico a economia cresceu a taxas elevadas. Nos primeiros anos do século XXI, as restrições comerciais não foram ampliadas e era lícito esperar que a execução do ambicioso mandato emanado da reunião ministerial de Doha da OMC viesse a produzir um novo movimento de abertura comercial que beneficiaria a economia brasileira como um todo, em especial sua agricultura.

O Brasil não aproveitou os bons ventos da economia mundial para avançar na redução do custo Brasil. Faltaram investimentos em infraestrutura, inovação tecnológica, aumento da capacidade competitiva da indústria. Faltaram também reformas que propiciassem a sustentabilidade do crescimento econômico. Assim, à reversão de expectativas no quadro externo a partir de 2008, o governo brasileiro respondeu com políticas públicas destinadas a proteger e subsidiar determinados setores. A perda na arrecadação tributária e a elevação de gastos públicos aumentaram a urgência de um ajuste fiscal nunca realizado. Seguiu-se uma crise de crescimento que ainda não foi superada.



## As dificuldades que o Brasil enfrenta na esfera dos acordos comerciais

O Brasil se acostumou a assumir compromissos em matéria comercial – redução e/ou eliminação de tarifas e medidas não-tarifárias – em decorrência das negociações multilaterais sob a égide do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, o GATT. Só que, entre 1947 e 1994, pelo recurso ao Artigo XVIII do Acordo Geral e a aplicação do princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, o País “desfrutou”, por assim dizer, de “*policy space*” que lhe permitiu manter, em suas políticas comercial e industrial, perfil de proteção relativamente alto.

Conforme mencionado acima, o País, a partir de 1995, ajustou sua política comercial às regras multilateralmente acordadas, mas seguiu aplicando aos supridores extra-zona tarifas altas – de até 35% – sem com isso ferir suas obrigações como membro da OMC. Ora, esse quadro jurídico-institucional dificilmente serviria de estímulo à busca de melhores condições de acesso a mercados de bens de seu interesse exportador, concentrado, no caso brasileiro nos setores do agronegócio.

A maioria dos países com mercados relevantes já aplicava tarifas relativamente baixas às importações de bens industriais e continuou reduzindo-as, de forma autônoma ou pela via das negociações comerciais preferenciais, nas duas décadas que se seguiram à conclusão da Rodada Uruguai. Por outro lado, os acordos preferenciais de penúltima e última geração eram – e seguem sendo – cada vez mais focados em harmonização ou convergência de regras do que em criação de fluxos de comércio para produtos agrícolas. O Brasil tem pouco a ganhar em termos de melhoria de acesso a mercados externos para bens industriais, em geral já bastante abertos. Seus interesses negociadores continuam a concentrar-se na liberalização dos mercados para produtos agrícolas e agroindustriais.

Acordos comerciais preferenciais e/ou regionais (ARCs) com grau de liberalização variável, desde que compatíveis com o Artigo XXIV do GATT – apesar de sempre desviar comércio – podem suprir lacunas que ainda existem no sistema multilateral e até antecipar obrigações que venham a ser mais para a frente compartilhadas pela totalidade dos países membros da OMC. Por estarem em consonância com o espírito do acordo sobre agricultura negociado na Rodada Uruguai, os ARCs se apresentam muito limitados no que toca a acesso a mercados para produtos agrícolas, refletindo realidades políticas e sociais domésticas em praticamente todos os quadrantes. A principal deficiência desse sistema consiste justamente no tratamento excludente de um setor fundamental para a economia e para o comércio exterior brasileiro: o agropecuário.

## A hora de um movimento de abertura autônoma da economia brasileira

A oitava ou nona maior economia do mundo é também uma das mais fechadas, quando se mede o grau de abertura pela soma dos fluxos de importação e exportação como percentual do PIB, da ordem de apenas 25%. O Brasil “continua na lanterna da produtividade do trabalho”. O lento crescimento do Brasil, quando olhado em uma perspectiva de longo prazo, está associado a uma trajetória de baixa produtividade. De acordo com o Banco Mundial (2018), hoje, um trabalhador médio no Brasil é apenas 17 por cento mais produtivo do que há 20 anos, enquanto o aumento de produtividade entre trabalhadores médios em países de alta renda foi de 34 por cento. O crescimento da produtividade é um fator crítico para que o Brasil recupere a trajetória de *catching-up*, interrompida nos anos 1980.

A baixa qualificação da mão de obra brasileira, a falta de investimento em inovação, o perfil do setor produtivo, que concentra a maior parte da mão de obra em setores mais informais – como comércio e serviços – e a economia ainda bastante fechada à concorrência estrangeira não só explicam esse desempenho ruim como anulam as perspectivas de melhora a curto e médio prazos.

Nesse cenário, a atual política comercial brasileira revela-se totalmente inadequada para contribuir ao esforço de retomada do crescimento da produtividade da economia. De um lado, a Tarifa Externa Comum do MERCOSUL – concebida há mais de vinte anos – não mais corresponde à estrutura produtiva do bloco. De outro, não há nenhum processo ou foro por meio do qual o país se obrigue a liberalizar gradativamente seu comércio exterior. Negociações e acordos comerciais levam tempo para produzir impactos econômicos e as enormes dificuldades para fechar acordos com a União Europeia e com o México apenas ilustram a dificuldade até mesmo de se concluir as negociações.

Surge, portanto, como um imperativo a necessidade de inaugurar um novo ciclo de política comercial no Brasil, com base em uma reforma tarifária que confira maior racionalidade à estrutura de proteção e reduza as tarifas atualmente praticadas pelo país – além de também reduzir o nível máximo de tarifa consolidada pelo Brasil na OMC.

Por mais politicamente sensível que possa ser considerada uma proposta de liberalização autônoma do comércio exterior brasileiro, parece não haver alternativa em vista, já que os únicos ganhos de acesso a que o Brasil pode auferir da negociação de um acordo regional são na forma de cotas para a proteína animal, o açúcar e o etanol.

Em termos institucionais, e numa visão de longo prazo, liberalizar o comércio em cumprimento aos objetivos e às necessidades de aumentar a produtividade e a competitividade só contribui para a maior eficiência da economia e para uma distribuição mais equitativa da renda e, por conseguinte, para a redução das desigualdades regionais, setoriais e sociais.

## Como abrir a economia?

Embora a abertura comercial não seja uma panaceia, ela será capaz de promover ganhos de produtividade e induzir um conjunto de reformas que resultem na redução do custo Brasil, tornando as empresas brasileiras mais eficientes e competitivas.

A modernização da política comercial requer iniciativas em várias frentes simultâneas, que incluem a redução dos custos associados a logística e burocracia aduaneira, da carga tributária sobre as exportações, do viés protecionista das normas e regulamentos técnicos, do custo dos serviços, além da eliminação de políticas industriais baseadas em conteúdo nacional, entre outras.

Um elemento central da nova política comercial é a reforma das tarifas de importação, que deve ser projetada para conferir maior racionalidade à estrutura de proteção e garantir previsibilidade de longo prazo para os produtores brasileiros. Para tanto, essa política deve ser anunciada com antecedência e ser implementada, gradualmente, em um período de quatro anos (um mandato presidencial).

Os seguintes parâmetros devem orientar o desenho da nova estrutura tarifária:

- Redução da escalada tarifária;
- Simplificação da estrutura tarifária;
- Redução do custo das importações de bens de capitais e intermediários, que têm impactos relevantes na produtividade;
- Estabelecimento da alíquota de 15% como teto para a nova estrutura tarifária.

Não se pode ignorar que tal reforma trará impactos distributivos, eliminando empresas menos eficientes e promovendo a realocação dos fatores de produção. Embora estudos mostrem que os mais pobres serão os mais beneficiados por tal movimento, haverá deslocamentos no mercado de trabalho. O processo de ajustamento poderá levar algum tempo e requererá a adoção de medidas de mitigação dos custos de transição para trabalhadores deslocados. Isso significa que será necessário reforçar as redes de proteção social e os mecanismos de apoio à capacitação profissional.





CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Presidente

José Pio Borges

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

José Luiz Alquêres

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Ricupero

Diretora Executiva

Julia Dias Leite

Conselho Curador

Aldo Rebelo

André Clark

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Cláudio Frischtak

Demétrio Magnoli

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Joaquim Falcão

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Alfredo Graça Lima

José Roberto Castro Neves

Luiz Fernando Furlan

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Maria do Carmo (Kati) de Almeida Braga

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Roberto Giannetti da Fonseca

Ronaldo Veirano

Sérgio Quintella

Sérgio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Conselho Internacional

Albert Fishlow

Alfredo Valladão

Andrew Hurrell

Felix Peña

Julia Sweig

Kenneth Maxwell

Leslie Bethell

Marcos Caramuru

Marcos Jank

Monica de Bolle

Sebastião Salgado

# MANTENEDORES

Em agosto de 2018

## Instituições

ABIQUIM  
Aeróleo Táxi Aéreo  
Araguaia  
Banco Bocom BBM  
BMA Advogados  
BNDES  
Brookfield Brasil  
Camargo Corrêa  
Captalys Investimentos  
Castello, Misorelli Assuntos Corporativos  
Colégio Bandeirantes  
Consulado Geral da Holanda no Rio de Janeiro  
Consulado Geral da Irlanda em São Paulo  
Consulado Geral da Noruega no Rio de Janeiro  
Consulado Geral do Canadá no Rio de Janeiro  
Consulado Geral do México no Rio de Janeiro  
Dannemann, Siemsen, Bigler & Ipanema Moreira  
EDP  
Eletrobras  
Embraer  
ENEVA  
Equinor  
ExxonMobil  
FURNAS  
George Washington University  
Grupo Lorentzen  
Icatu Seguros  
Ipanema Investimentos  
Itaú Unibanco  
JETRO  
Klabin  
McLarty Associates  
Museu do Amanhã  
Musica Brasilis  
Oi S.A  
Oktri Empreendimentos  
Pinheiro Neto Advogados  
Prumo Logística  
Queiroz Galvão  
Repsol  
Sanofi  
Shell  
Siemens  
Souza Cruz  
Steptoe & Johnson LLP  
Tecnoil  
Total E&P do Brasil  
Vale  
Veirano Advogados  
Vinci Partners

## Sócios individuais

Adriano Abdo  
Álvaro Augusto Dias Monteiro  
Álvaro Otero  
Arminio Fraga  
Carlos Eduardo Ernanny de Mello e Silva  
Carlos Leoni de Siqueira  
Carlos Mariani Bittencourt  
Celso Lafer  
Christiane Aché  
Claudine Bichara de Oliveira  
Daniel Klabin  
Décio Oddone  
Eduardo Marinho Christoph  
Eduardo Prisco Ramos  
Evangelina Seiler  
Fernando Bodstein  
Fernando Cariola Travassos  
Fernão Bracher  
Frederico Axel Lundgren  
Gilberto Prado  
Henrique Rzezinski  
Jaques Scvirer  
João Felipe Viegas Figueira de Mello  
João Roberto Marinho  
José Francisco Gouvêa Vieira  
Larissa Wachholz  
Leonardo Coelho Ribeiro  
Manuel Thedim  
Marcelo Weyland Barbosa Vieira  
Marcio João de Andrade Fortes  
Maria Pia Mussnich  
Mauro Ribeiro Viegas Neto  
Mauro Viegas Filho  
Paulo Ferracioli  
Pedro Brêtas  
Pedro Leitão da Cunha  
Ricardo Haddad  
Ricardo Levisky  
Roberto Abdenur  
Roberto Amadeu Milani  
Roberto Guimarães Martins-Costa  
Roberto Pereira de Almeida  
Roberto Prisco Paraiso Ramos  
Roberto Teixeira da Costa  
Stelio Marcos Amarante  
Tomas Zinner  
Vitor Hallack  
Winston Fritsch

# EQUIPE CEBRI

Em agosto de 2018

Diretora Executiva

Julia Dias Leite

Gerente Geral

Luciana Gama Muniz

Coordenadora de Projetos

Monique Sochaczewski Goldfeld

Consultora de Projetos

Cintia Hoskinson

Assistentes de Projetos

Carlos Arthur Ortenblad Jr.

Gabriel Torres

Teresa Rossi

Coordenadora Administrativa

Fernanda Sancier

Secretária Executiva

Danielle Justa

Coordenadora de Comunicação e Eventos

Giselle Galdi

Consultora de Eventos

Beatriz Garcia

Coordenadora de Relações Institucionais

Barbara Brant

Consultora Institucional

Gina Leal

Serviços Gerais

Maria Audei Campos

Estagiários

Danielle Batista

Evandro Osuna

Luiz Gustavo Carlos

Mônica Pereira

Nathália Miranda Diniz Neves

# OUTROS NÚCLEOS TEMÁTICOS DO CEBRI

## NÚCLEO ÁSIA

### MEMBRO DO CONSELHO:

#### **Anna Jaguaribe**

Diretora do Instituto de Estudos Brasil-China (IBRACH/UFRJ)

### SENIOR FELLOW:

#### **Tatiana Rosito**

Diplomata e economista, atualmente Representante-Chefe da Petrobras na China

### POSITION PAPER:



## NÚCLEO ENERGIA

### MEMBRO DO CONSELHO:

#### **Jorge Camargo**

Foi presidente do IBP, da Statoil Brasil e diretor da Petrobras

### SENIOR FELLOW:

#### **Clarissa Lins**

Sócia-Fundadora da Catavento Consultoria e Diretora Executiva do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)

### POSITION PAPER:



## NÚCLEO INFRAESTRUTURA

### MEMBRO DO CONSELHO:

#### **André Clark**

Presidente e CEO da Siemens no Brasil

### SENIOR FELLOW:

#### **Clarissa Lins**

Sócia-Fundadora da Catavento Consultoria e Diretora Executiva do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)

### POSITION PAPER:



## NÚCLEO MUDANÇA DO CLIMA, MEIO AMBIENTE E USO DA TERRA

### MEMBRO DO CONSELHO:

#### **José Luiz Alquéres**

Presidente da JL Alquéres Associados, foi Presidente da Eletrobras

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO

### SENIOR FELLOW:

#### **Izabella Teixeira**

Co-chair do Painel Internacional de Recursos (ONU), ex-Ministra do Meio Ambiente

## NÚCLEO AMÉRICA DO SUL

### MEMBRO DO CONSELHO:

#### **Carlos Mariani Bittencourt**

Vice-Presidente da FIRJAN e Presidente do Conselho de Administração de Participações Industriais do Nordeste

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO

### SENIOR FELLOWS:

#### **Denise Gregory**

Professora no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

#### **Fabrizio Sardelli Panzini**

Gerente da Unidade de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

## NÚCLEO ESTADOS UNIDOS

### MEMBROS DO CONSELHO:

#### **Henrique Rzezinski**

Foi Diretor de Relações Institucionais na ENEVA, Vice-Presidente na BG Brasil e na Embraer

#### **Armando Mariante**

Vice-Presidente Financeiro da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Foi Presidente do Scotiabank no Brasil e Vice-Presidente do BNDES

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO

## NÚCLEO EUROPA

### MEMBROS DO CONSELHO:

#### **Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa**

Ex-Secretário Geral do MRE, foi Embaixador no México, Espanha, Argentina, Alemanha, Santa Sé, OMC e ONU

#### **Embaixador Gelson Fonseca Jr.**

Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática da FUNAG, foi Embaixador no Chile e na ONU

#### **José Luiz Alquéres**

Presidente do Conselho de Administração da Eletrobrás; Secretário Nacional de Energia (1992) e Ex-Presidente da Eletrobrás

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO





CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

Desde 1998, o *think tank* de referência em relações internacionais no Brasil. Eleito em 2017 o terceiro melhor da América do Sul e Central pelo índice global do Think Tanks and Civil Societies Program da Universidade de Pensilvânia.

---

#### **ONDE ESTAMOS:**

Rua Marquês de São Vicente, 336  
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brazil  
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400

[cebri@cebri.org.br](mailto:cebri@cebri.org.br)

---



[www.cebri.org](http://www.cebri.org)